



Escola de Gestão

Rui Alpalhão

País original

Portugal é um país original. Pelo contrário, esta opinião não é original, e tem sido até veiculada por meios com maior *catchment* do que colunas de opinião em jornais de negócios. Um bom exemplo é o tema de 1987 dos *Heróis do Mar* "O Inventor", cuja inspirada letra rezava:

"É muito difícil dar a entender
O que é Portugal
O inventor de Portugal
Foi um Português

À beira da Velha Europa
Fica Portugal
A língua que costas a ouvir
É o Português

O marinheiro que foi à Índia
Era Português

O navegador que foi ao Brasil
Foi de Portugal

Portugal é muita gente
Muita tradição
O que tem de mais diferente
É o Português (...)"

No entanto, não só nem tudo o que é bom em Portugal é original, como nem tudo o que é original é bom. Uma originalidade perniciososa é o sistema que Paul Krugman e Jorge Braga de Macedo denominaram no final dos anos 80, em artigo marcante à época (Krugman e Macedo, 1989, "The Economic Consequences of the April 25th Revolution", *Economia*, 3(3), pp.435-483, posteriormente incluído em Serfaty e Macedo (editores), 1991, *Portugal since the Revolution: economic and political perspectives*, Westview Press, Boulder) "economia de mercado politizada".

A economia de mercado politizada é uma variante da economia de mercado com pouco mercado, e muita intervenção política em decisões económicas. O Estado não reconhece a primazia da iniciativa privada, intervém na Economia para além da assunção de funções de regulador de mercados, assume-se como accionista e como tal nomeia gestores e define preços, usa as empresas em que participa como instrumentos da sua política económica. Poder-se-á dizer que tal situação era um facto no Portugal do fim dos anos 70, mas não actualmente. Concede-se que a evolução foi tendencialmente nesse sentido, com o aligeiramento da pesadíssima Constituição Económica incluída na versão original da Constituição de 1976, e com o processo de privatizações iniciado em 1989 e ainda em curso. Infelizmente, não se pode com justiça conceder muito mais. A

Constituição Económica vigente, ainda que aligeirada, continua a ocupar parte originalmente grande do texto constitucional. O processo de privatizações portuguesas enquadra-se perfeitamente nas designadas por Bertolotti e Faccio "privatizações relutantes" (Bertolotti e Faccio, "Reluctant Privatization", 2004, *ECGI Finance Working Paper #40/2004*), definidas como privatizações realizadas sem entusiasmo, sofrendo a oposição de variados interesses, sob a pressão endógena de "deficits" orçamentais e externa de organizações internacionais e preservando um estatuto de "accionista influente" para o Estado nas empresas privatizadas. Bertolotti, professor em Turim, remete a motivação do seu artigo para o caso italiano, mas não trata de uma originalidade transalpina e, aliás, inclui explicitamente o caso português na sua análise. Não obs-

tante as cerca de 160 privatizações realizadas entre 1989 e 2003, o Estado português continua a ser o maior cliente da banca de investimento e das equipas de mercado de capitais dos grandes escritórios de advogados nacionais. Na ausência de privatizações, poucas são as entradas de empresas em Bolsa. Agora que se vai aproximando o novo ano e que se inicia a discussão do omnipotente Orçamento do Estado para 2006, seria bonito trocarmos um pouco de economia de mercado politizada (que é original, mas não é boa) por um pequeno incentivo ao mercado, por exemplo baixar a taxa de IRC das empresas que emitam acções para o público (que não é original, mas já foi bom no fim dos anos 80).

Coluna semanal à terça-feira